



## SEGURANÇA PÚBLICA

# Opção pelo confronto

Independentemente da coloração ideológica, governos de direita e de esquerda acabam repetindo as mesmas estratégias para combater o crime organizado, em que privilegiam as operações armadas sem mecanismos de controle

» VINICIUS DORIA

A chacina que provocou a morte de três médicos e deixou um em estado gravíssimo, na noite de quarta-feira, em uma avenida movimentada da orla do Rio de Janeiro, expôs de forma crua e violenta os desafios do poder público no enfrentamento do crime organizado. O ataque aconteceu um dia depois de o governo federal anunciar um plano de combate às quadrilhas que atuam, principalmente, na região metropolitana da capital fluminense e na Bahia, estado que ostenta os piores indicadores de violência extrema do país, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública-2022.

A crise na segurança pública brasileira faz do Rio de Janeiro e da Bahia estados que sintetizam o fracasso das medidas de contenção do crime organizado nas últimas duas décadas, independentemente do viés ideológico do governo de plantão. No Rio, governos de centro e de direita são eleitos há anos com a promessa de confrontar pela força o poder paralelo do crime organizado, inicialmente dividido entre traficantes de drogas e milícias, mas, atualmente, sem uma linha definida entre esses dois grupos. A guerra, lá, avança pelo controle de territórios — comunidades de bairros de periferia e morros no coração da capital — em que, não raro, vê-se a aliança entre facções do tráfico com milicianos locais.

No Rio, governado desde 2006 por políticos ligados ao PT, dezenas de gangues comandadas por facções do Rio de Janeiro e de São Paulo se digladiam com grupos locais também em disputas de territórios. As muitas rodovias que cortam o estado são rotas do crime. Regiões portuárias, como Salvador e Ilhéus, também são estratégicas para as facções. A ação da polícia baiana, nesse enfrentamento, tem sido ainda mais violenta, com a clara opção pelo confronto armado. Só em setembro, 77 pessoas morreram em trocas de tiros entre polícia e bandidos, quase o dobro do registrado no mesmo mês do ano passado.

No Rio, registrou no ano passado 6,6 mil assassinatos, o que faz do estado o mais violento do país em números absolutos, seguido, justamente, do Rio de Janeiro, com 4,7 mil mortes violentas intencionais. Os dois estados também lideram, na mesma ordem, os números de mortes decorrente de intervenção policial (em serviço ou não), com 1.464 e 1.330 casos, respectivamente, em 2022.

"Objetivamente, independe de quem esteja no governo, tanto no Rio quanto na Bahia ou em São Paulo. O crime está no comando. No Rio, por exemplo, qualquer prefeito que assume (o cargo) tem que negociar com a Liga das Escolas de Samba (Liesb), que está ligada ao jongo do bicho, ao narcotráfico, às milícias, isso independe de políticas públicas", avalia o cientista político e especialista e segurança pública Antônio Flávio Testa.

Para o diretor-presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Renato Sérgio de Lima, independentemente de o governo ser de direita ou de esquerda, "a receita para enfrentar esse problema da segurança pública tem sido uma só ao longo dos últimos quarenta anos", em que se privilegiam as operações de rua e o enfrentamento armado, enquanto o crime organizado se modernizou e atua de forma transnacional com base em coordenação e comunicação digital.

"Governos de direita, de centro ou de esquerda ficam capturados por uma estrutura analógica,



Policiais em operação contra quadrilhas de criminosos em Salvador: a opção pelo confronto armado é criticada por especialistas

### Quatro perguntas para Diogo Lyra

Redes Sociais



Autor do livro *A república dos meninos: juventude, tráfico e virtude*, o doutor em sociologia pelo Iuperj Diogo Lyra entende que o estado do Rio de Janeiro se distingue dos demais pela presença de milícias que mantêm forte conexão com as forças de segurança pública e com os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Ao *Correio*, o acadêmico diz que uma intervenção federal não resolverá o problema da criminalidade e lembra que as experiências passadas foram um "grande fiasco".

#### Correio — Qual é a situação da segurança pública no Rio de Janeiro, hoje?

Falar da segurança pública no Rio, hoje, é o mesmo que falar de segurança pública 40 anos atrás, e esse é o problema. Não há nada de novo na sucessão de tragédias cotidianas com as quais parecemos ter

aprendido a conviver. O estado do Rio compartilha com outras unidades federativas a ideia de que a sociedade é formada por elementos matáveis, cuja vida não tem valor algum nem para os policiais, nem para os promotores públicos, nem para a sociedade e muito menos para os criminosos. Contudo,

a presença da milícia e suas profundas conexões com o poder público mais amplo é um fator que distingue o Rio de Janeiro de outros estados.

sempre agravem o problema da violência, apesar da falsa sensação de segurança que suas ações midiáticas passam.

#### Correio — Que medidas entendem serem necessárias para reduzir a sensação de insegurança no Rio?

O Rio de Janeiro jamais se livrará do presente nível de violência enquanto não houver controle externo da atividade policial, por parte do Ministério Público, além do controle político dos governadores sobre as corporações. Desde a redemocratização, o Ministério Público arquia, em média, 98% de todos os inquéritos nos quais policiais figuraram como autores — mesmo em casos onde há evidências explícitas de execução. Isso significa que, para a polícia, não há custo na produção de mortes, relegando a proteção da vida ao segundo plano. A violência também se tornou a galinha dos ovos de ouro de uma série de políticos irresponsáveis, um trampolim para todo tipo de oportunistas que utilizam a brutalidade policial como propaganda eleitoral ao custo de centenas de vidas. No outro extremo, os governadores que tentam promover mudanças estruturais na segurança pública geralmente percebem que não têm controle nenhum sobre suas corporações. (Evandro Éboli)

Diogo Lyra: "Nada de novo na sucessão de tragédias cotidianas"

#### Correio — De que forma a indignação pelo assassinato dos três médicos pode ajudar na busca de soluções para o problema da criminalidade?

Embora ainda seja cedo para analisar o episódio em si, a execução dos quatro médicos em um quiosque na Barra da Tijuca deve ser compreendida como síntoma de um contexto político bastante longevo no Rio de Janeiro, um território repartido entre diversos grupos armados e uma polícia que, muitas vezes, pouco se diferencia desses grupos. Ao contrário, tem estreitas ligações com todos eles. Por outro lado, é uma polícia que recebe do Estado permissão para matar, o que, ao contrário do que se pensa, adensa ainda mais essa relação.

#### Correio — O assassinato dos médicos reascende o debate sobre a necessidade de intervenção militar na segurança fluminense. Qual a sua avaliação?

Historicamente, as intervenções federais no Rio de Janeiro foram todas um grande fiasco, e a razão para isso é bastante simples: seja o Exército, seja a Força Nacional, a ação dessas forças no estado é sempre uma repetição em grande escala do modus operandi da polícia local, se manifestando sob a forma de ocupações em favelas, operações de enfrentamento armado e nivelamento de todos os moradores dessas áreas como suspeitos, inclusive crianças. O esperado é que essas intervenções

em que não há a dimensão das comunicações simultâneas, da troca de mensagens em tempo real. As estruturas de segurança pública foram desenhadas numa época em que as telecomunicações eram precárias, não havia internet para todos. Mas o crime se atualiza, se moderniza. O Estado segue de forma anacrônica e analógica enquanto o crime está em uma versão transnacional, digital e operando de forma superarticulada. O crime ainda não integra as ações, mas sabe coordenar", analisa Lima.

O presidente do fórum faz questão de reforçar a tese de que "segurança não é apenas ir ao enfrentamento, mas essa acaba sendo a única coisa que sobra para os governantes". Para ele, o

país não consegue escapar dessa lógica, que ele classifica como o "feijão com arroz da polícia".

Lima também critica a retórica governamental, em que "as palavras mágicas" — como integração, inteligência, tecnologia e combate ao tráfico de armas — voltam a aparecer nos discursos no momento da crise. "Mas a gente percebe que muito pouco mudou em relação à forma da polícia atuar."

Para ele, o caso dos médicos assassinados no Rio é emblemático. "Nas redes sociais há muitos relatos de que é comum ver milicianos pela cidade e os traficantes frequentam os quiosques da praia. Cadê polícia de investigação, a Polícia Civil, para prender essas pessoas sem precisar entrar nas comunidades com o caveirão

(carro blindado) e enfrentá-las quando estão todas juntas, armadas, com fuzil na mão?", questiona Lima.

#### Hipocrisia"

O pacote de ações anunciado pelo ministro Flávio Dino, na semana passada, mistura, para o professor Antônio Flávio Testa, medidas boas com outras ineficientes, como a promessa de envio de 300 policiais da Força Nacional ao Rio de Janeiro. "O envio da Força Nacional é de uma hipocrisia muito grande. O que esses 300 agentes podem fazer? O custo econômico é altíssimo e a efetividade, simbólica. Como esses agentes da Força Nacional vão invadir o Complexo da Maré,

vão subir o (Morro do) Alemão? O Brasil não tem interesse em combater o crime organizado, que está tomando conta de boa parcela do próprio Estado", critica o professor.

O governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), tem uma visão semelhante sobre o problema. Na semana passada, depois de receber o secretário executivo do Ministério da Justiça e da Segurança Pública, Ricardo Capelli, no Rio, ele reafirmou que essa "não é uma briga de traficantes e milicianos".

"É uma verdadeira máfia, que tem verdadeiramente entrado nas instituições, nos poderes, no comércio, nos serviços, inclusive no sistema financeiro nacional", alertou o governador.

## Dino entrega armas e carros

» RAFAELA GONÇALVES

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, desembarca, hoje, em Mato Grosso, para a primeira visita oficial dele ao estado. O ministro vai anunciar uma série de ações e investimentos na área da segurança pública e combate à violência contra a mulher.

Logo pela manhã, o governador Mauro Mendes (União Brasil) irá recebê-lo em uma solenidade em Cuiabá, no Palácio Paiaguás (sede do governo estadual), para a entrega simbólica de armas e viaturas. Dino também anunciará a liberação de verbas para o Centro de Formação das forças de segurança estaduais. Será destinado um total de R\$ 35,3 milhões para investimentos em segurança no estado, com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP).

Na ocasião, Dino participará da cerimônia de implantação do Plano de Ação na Segurança (PAS) — estratégia nacional para o enfrentamento às organizações criminosas — e do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci 2). "Já fui governador e sei o quanto são importantes esses bons projetos", disse o ministro, em Brasília, na semana passada.

### Maria da Penha

Mato Grosso receberá 30 viaturas, 12 caminhonetes e 18 veículos de radiopatrulhamento, além de 116 pistolas, 235 fardas de policiamento rural, nove drones e material de suporte e proteção individual. Os equipamentos representam cerca de R\$ 9 milhões em investimentos.

Parte das viaturas entregues serão para uso pela Patrulha Maria da Penha — que atua contra a violência de gênero — no combate ao crime nas regiões de fronteira e áreas críticas do estado. Será assinada, ainda, a autorização para a construção de uma Casa da Mulher Brasileira em Cuiabá, no valor de R\$ 15 milhões.

Há, ainda, investimentos na Operação Escola Segura, que atua com ações preventivas e repressivas 24 horas por dia. Deflagrada pelo Ministério da Justiça e da Segurança Pública em abril, a operação já efetuou 400 prisões e apreensões até o momento, de acordo com o último balanço divulgado pela pasta, na semana passada. Flávio Dino enfatizou que as ações não têm prazo para acabar.

Dados da 17ª edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública registraram mais de mil casos de mortes violentas intencionais em Mato Grosso, no ano passado. O município de Sorriso, a 420km de Cuiabá, está em 6º lugar no rol das 50 cidades mais violentas do país com população acima de 100 mil habitantes.

Pressionado pelo avanço do crime organizado em várias cidades do país, o ministro Dino lançou o Programa Nacional de Enfrentamento às Organizações Criminosas (Enfoc). O plano traça ações para o combate às cerca de 60 facções que aterrorizam o país, principalmente no Rio de Janeiro e na Bahia, que vivem uma escalada de violência.